MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v11i22.15070

Virada estética e política externa: uma leitura machadiana da identidade internacional do Brasil

Aesthetic turn and foreign policy: a Machadian reading of Brazil's international identity

Giro estético y política exterior: una lectura machadiana de la identidad internacional de Brasil

Luciano da Rosa Muñoz
Centro Universitário de Brasília (CEUB)
Brasília, Distrito Federal, Brasil
E-mail: lmunoz1984@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6685-9385

Resumo: Neste artigo, buscamos submeter a política externa brasileira à investigação crítica por meio da virada estética em relações internacionais. Contestamos o entendimento historiográfico tradicional acerca da identidade internacional do Brasil. Por um lado, a narrativa conta que houve uma bem-sucedida atuação na Segunda Conferência de Paz da Haia em 1907, durante a qual o país defendeu o princípio da igualdade jurídica dos Estados. Por outro, diz que sua busca por status de potência terminou em fiasco quando o Brasil se retirou da Liga das Nações em 1926. Em lugar disso, almejamos aplicar a literatura machadiana como recurso estético a fim de desestabilizar tal interpretação e pensar a identidade internacional do país com consciência irônica. Através da alegoria de Brás Cubas, afirmamos que sua identidade não resolvida resulta em sua frustrada busca por reconhecimento internacional.

Palavras chave: virada estética; política externa brasileira; literatura brasileira.

MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

Abstract: In this paper we intend to put Brazilian foreign policy into critical enquiry by means of the aesthetic turn in international relations. We dispute the traditional historiographical understanding regarding Brazil's international identity. On the one hand, the narrative tells there was a well succeed performance at the Second Hague Peace Conference in 1907 during which Brazil supported the principle of sovereignty equality of states. On the other, it says its search for power status ended up in fiasco when Brazil withdrew from the League of Nations in 1926. Rather, we aim at applying Machadian literature as an aesthetic device in order to destabilize such interpretation and to think about Brazil's international identity with ironic consciousness. Through the allegory of Brás Cubas, we affirm that its unresolved identity brings about its frustrated quest for international recognition.

Keywords: aesthetic turn; Brazilian foreign policy; Brazilian literature.

Resumen: En este artículo, buscamos someter la política exterior brasileña a una investigación crítica a través del giro estético en las relaciones internacionales. Desafiamos la comprensión historiográfica tradicional de la identidad internacional de Brasil. Por un lado, la narrativa cuenta que hubo una exitosa actuación en la Segunda Conferencia de Paz de La Haya en 1907, durante la cual el país defendió el principio de la igualdad jurídica de los Estados. Por otro lado, dice que su búsqueda de estatus de poder terminó en fiasco cuando Brasil se retiró de la Liga de las Naciones en 1926. En su lugar, pretendemos aplicar la literatura machadiana como recurso estético para desestabilizar tal interpretación y pensar en la identidad internacional del país con una conciencia irónica. A través de la alegoría de Brás Cubas, afirmamos que su identidad no resuelta resulta en su búsqueda frustrada de reconocimiento internacional.

Palabras-clave: giro estético; política exterior brasileña; literatura brasileña.

Recebido em
16/08/2021

Aceito em
21/07/2022

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Historicamente, a política externa brasileira e a atuação diplomática do Itamaraty foram centrais à busca por definição da identidade internacional do país. No começo do século XX, momento em que nossa diplomacia moderna encontra no Barão do Rio Branco sua figura fundadora, ocorreram a Segunda Conferência de Paz da Haia (1907) e a participação brasileira na Liga das Nações, encerrada em 1926. Na historiografia, é comum o entendimento de que a atuação do país na Haia foi exitosa porque embasada na postura principista de defesa da igualdade jurídica dos Estados. Por outro lado, os sucessores do Barão teriam protagonizado um fiasco na Liga ao sustentarem a demanda por um assento permanente ao Brasil a partir de uma representação equivocada das capacidades de poder do país. Esse contraste de interpretação tem resultado não apenas na veneração de Rio Branco como diplomata-modelo, mas também na ideia de que a identidade internacional do Brasil se define pelo principismo, pelo *soft power* e pelo desinteresse à projeção de poder.

Este artigo tem dois objetivos. Em um primeiro movimento, almeja defender a recepção das contribuições teóricas do "terceiro debate" dentro do campo de relações internacionais no Brasil. Em uma abordagem transdisciplinar, buscaremos aplicar a virada estética em relações internacionais para refletir criticamente acerca do modo como a historiografia tem referendado o entendimento da memória diplomática no que concerne à identidade internacional do Brasil. Em um segundo movimento, utilizaremos a literatura como ferramenta apta a desestabilizar a narrativa predominante e submetê-la à consciência irônica. Nesse aspecto, faremos uma leitura machadiana da identidade internacional do país com amparo no que denominaremos como *alegoria de Brás Cubas*. Como representação estética do Brasil, conforme veremos, essa personagem de Machado de Assis permite compreender criticamente a atuação da diplomacia na Primeira República e situar em três pontos o problema da aporia da identidade brasileira: (1) falseamento de origem; (2) busca frustrada por reconhecimento; e (3) projeção compensatória de grandeza.

PLURALISMO EPISTEMOLÓGICO

Em seu artigo sobre o "terceiro debate" em relações internacionais, Lapid (1989, p. 241-247) destaca o *perspectivismo* e o *relativismo* como contribuições importantes do pós-positivismo. O perspectivismo permite compreender que há em toda abordagem do conhecimento

CC BY NC SA

pressuposições epistemológicas, ontológicas e axiológicas subjacentes e prévias à validação científica. Em outras palavras, toda abordagem parte de uma visão de mundo acerca da realidade decorrente de uma escolha conceitual e teórica amparada em certos valores, o que implica, portanto, suspeitar da neutralidade analítica. Ao lado disso, o relativismo opõe-se à busca por consenso científico em relações internacionais e abraça o pluralismo epistemológico e a diversidade de interpretações. Desde o "terceiro debate", o campo tornou-se mais auto-reflexivo a fim de poder reavaliar as escolhas teóricas em termos de seus contextos históricos, de suas agendas ideológicas ou normativas e mesmo das metáforas ou tropos literários que informam sua construção. Como consequência, também se tornou mais aberto aos debates metateóricos e à livre circulação de perspectivas críticas e inovadoras, dentro de um ambiente acadêmico mais polimorfo e menos paroquial.

Como destacam Ashley e Walker (1990, p. 375-390), essa sensação de transição e de crise das fronteiras disciplinares em relações internacionais – marcante desde fins da década de 1980 – gerou duas espécies de atitude: a *religiosa* e a *celebratória*. Por um lado, a atitude religiosa teme a crise como sinal de perigo e de insegurança e procura como nunca reviver o culto dos textos sagrados da *disciplina*. Por outro, a atitude celebratória interpreta a crise como oportunidade para a criação teórica e a afirmação do paradoxo e da ambiguidade, o que acarreta propor alternativas em face de uma leitura crítica dos textos canônicos. Na visão de Der Derian (1988, p. 191-192), a emergência desse novo pluralismo poderia ser compreendida nas variantes do *pós-classicismo* e do *pós-estruturalismo*. A variante pós-clássica reconhece a importância da história e dos grandes textos de filosofia política para a reflexão teórica do campo, contudo, procura ampliar o leque dos clássicos para contemplar autores silenciados associados a visões críticas e não ocidentais. Por sua vez, a variante pós-estruturalista presume submeter à crítica as premissas epistemológicas do racionalismo, as quais privilegiam o princípio de soberania e o estatocentrismo, por meio do desafio às definições essencialistas e aos mitos de origem.

Em outra oportunidade, defendemos que relações internacionais possam ser compreendidas como *campo aberto e transversal do saber*, o que teria como efeito renunciar à procura por segurança ontológica e celebrar a contribuição de aportes diversos do conhecimento – por exemplo, da literatura. Dentro do prisma aberto pelo "terceiro debate", parece-nos, portanto, adequado abraçar o influxo das teorias críticas. Nesse sentido, também sustentamos a necessidade de se analisar a política externa brasileira através de epistemologias alternativas, uma vez que a hegemonia do historicismo entre nós tem como resultados não apenas a reificação essencialista da identidade internacional do Brasil, senão também a perpetuação de mitos

CC BY NC SA

de origem (MUÑOZ, 2016, 2020). Nesse sentido, defenderemos que Machado de Assis seja recebido no campo de Relações Internacionais no Brasil não apenas como um clássico da literatura, mas também como parâmetro estético válido para a análise da política externa. A par disso, sua consciência irônica pode servir como ferramenta útil a desestabilizar a narrativa historiográfica linear acerca da identidade internacional do país.

Nos anos 2000, a vertente pós-estruturalista do "terceiro debate" ultrapassou sua primeira etapa de crítica epistemológica e assumiu agenda mais propositiva no marco da *virada estética*. Esse movimento procura legitimar a estética como nova epistemologia apta a pensar a política mundial, a qual passou a receber o aporte da literatura, das artes visuais, da música e do cinema. Na visão de Bleiker (2001, p. 510), o ponto de partida para a compreensão dessa renovação no campo deve ser situado no problema da representação. Por um lado, a tradicional *representação mimética* busca oferecer um retrato fiel e realista da política, representando-a "como ela realmente é". Tanto na tradição norte-americana do realismo político – apegado à aproximação entre ciência política e ciências naturais – quanto na tradição historicista europeia – voltada à busca da verdade dos documentos – impera esse ideal da mimese. Por outro lado, a *representação estética* admite que há sempre um *gap* entre representação e realidade representada, que o analista busca preencher com base em suas pressuposições de valor e escolhas políticas. Não há, portanto, representação neutra.

Em outras palavras, há política na escolha em analisar a política externa brasileira sob hegemonia da abordagem historiográfica. Entretanto, se assumimos a oportunidade criativa oferecida pelo perspectivismo, podemos não apenas defender o pluralismo epistemológico contra o paroquialismo acadêmico, mas também libertar nossas representações para a busca de alternativas. Como afirma Bleiker (2001, p. 513-520), legitimar o olhar estético sobre a política permite transgredir a barreira entre as esferas pública – reino da razão e da objetividade – e privada – lugar da subjetividade e do gosto. Assim, é possível colocar em questão a centralidade da razão imperante na representação mimética do mundo de modo a permitir uma interação mais harmoniosa entre razão, percepção, sensibilidade, imaginação e memória como faculdades do conhecimento humano. O ideal da mimese impede a auto-reflexão e a ironia, pois busca atingir para as ciências humanas e sociais o patamar da categorização científica; a representação estética, ao contrário, celebra a diversidade da vida. Essa transgressão de fronteiras é salutar, uma vez que precariza as interpretações prevalecentes em relações internacionais como resultantes de escolhas e tenta impedir criticamente que o meio acadêmico se converta em domínio religioso, fechado e estreito.

CC BY NC SA

Dessa forma, filósofos, historiadores e cientistas políticos são também um pouco artistas, pois decidem representar a esfera política com base na apreciação estética de seus gostos pessoais, embora raramente o admitam. De acordo com Sylvester (2001, p. 545-546), a abstração da realidade da vida – necessária à construção de teorias e conceitos – é atributo comum da arte e da ciência. Quando propõe sua interpretação acerca da política, o analista elege certas linhas de contorno, mas não outras, e parte de uma lógica de eliminação. Em artigo mais recente, Bleiker (2017, p. 260-262) afirma que a virada estética contribui não apenas para tornar o campo de relações internacionais mais auto-reflexivo e plural, senão também para que evitemos as presunções e não temamos a ambivalência, a vulnerabilidade e a dúvida. A liberação dessa perspectiva possibilita abordar o âmbito político de novas formas e romper as barreiras disciplinares que entravam uma compreensão mais complexa e multifacetada do mundo em que vivemos. No sentido da mencionada vertente pós-clássica, recorreremos à narrativa de Machado de Assis, clássico de nossa literatura, porém não utilizado para pensar a política externa e a identidade internacional do Brasil. É a partir de seu olhar irônico sobre a realidade social que buscaremos problematizar representações miméticas correntes na historiografia da política externa brasileira.

De acordo com Derrida (2014, p. 47-53), há dificuldade em discernir narrativa histórica, ficção literária e reflexão filosófica. Em sua obsessão proteiforme, a literatura é uma instituição que permite *dizer tudo*, pois desafia e suspende a lei e transgride as fronteiras. Em sua acepção atual, está associada ao advento da democracia moderna e à livre circulação de ideias. Na experiência ocidental, portanto, esse dizer tudo pode conferir à literatura uma função crítica na esfera política. No nível epistemológico, essa instituição gravita no espaço estranho da *não identidade*, uma vez que a literatura não tem essência própria, ao mesmo tempo em que não se identifica a nenhum outro tipo de discurso, mas precisa abrir-se a todos eles:

> Experiência do Ser, nada mais, à beira do metafísico, a literatura talvez se mantenha à beira de tudo, quase além de tudo, inclusive de si própria. É a coisa mais interessante do mundo, razão pela qual, se não é idêntica a si mesma, o que se anuncia e se recusa com o nome de literatura não pode ser identificado a nenhum outro discurso. Nunca será científica, filosófica, coloquial. Mas se ela não se abrisse para todos esses discursos, se não se abrisse para quaisquer daqueles discursos, tampouco seria literatura. Não há literatura sem uma relação *suspensa* com o sentido e com a referência. [...] Possivelmente, isso deveria ser tornado mais complexo: "ironia" talvez não seja a melhor categoria para designar essa "suspensão", essa *epoché*, mas há decerto algo de irredutível na experiência poética e literária. (DERRIDA, 2014, p. 69-74)

CC BY NC SA

Esse entendimento da literatura como *experiência à beira de tudo* descreve o que defendemos para relações internacionais como campo aberto e transversal do saber. Ao lado disso, o perspectivismo resulta em postura irônica e cética de suspensão em face das representações miméticas, as quais almejam capturar a suposta correspondência entre a realidade do mundo e a abstração teórico-conceitual expressa em linguagem. Nesse aspecto, afirma Rorty (1989, p. 5-19) que não há tal correspondência, uma vez que a linguagem é apenas uma criação humana; o "mundo real lá fora" é indiferente a nossas descrições dele. Assim, o autor assume posição perspectivista e pragmática. Por um lado, não há linguagem universal – ideal da mimese –, mas vários *vocabulários*, ou conjuntos de metáforas que endereçam problemas de modos distintos. Por outro, cada vocabulário deve ser julgado com base em sua utilidade como ferramenta adequada para abordá-los. Cada criação poética, portanto, presume uma escolha política. As novas metáforas, estranhas e inovadoras, combatem as velhas, gastas e naturalizadas, já convertidas em espelho único do real. Por esse motivo, Rorty (1989, p. 73-74) também recomenda a postura irônica, capaz não só de gerar dúvida sobre o próprio repertório de metáforas, senão também sobre o dogmatismo do senso comum. Dessa forma, não nos interessa reinvestir o vocabulário gasto da historiografia em política externa brasileira, mas propor algo outro amparado na função crítico-política da literatura.

HISTORIOGRAFIA EM ENREDO

Segundo White (1992, p. 12-24), os trabalhos históricos podem ser entendidos como discursos narrativos em prosa, pois utilizam estratégias de *elaboração de enredo* para criar uma impressão explicativa sobre eventos ocorridos no passado. Quer dizer, a história não é vista como ciência, mas como arte, já que o historiador produz a narrativa a partir de suas opções estéticas e éticas subjetivas. Desse modo, White desconfia da cientificidade da história, na medida em que não há base epistemológica que assegure maior realismo para uma explicação histórica, de resto resultante de formalizações das intuições poéticas do próprio historiador. Em sua visão, a obra de historiografia coloca acontecimentos em ordem temporal e organiza tal crônica em *estória* a fim de conceber um espetáculo ou processo com começo, meio e fim. Como consequência, White elide a fronteira entre realidade e ficção, entre história e literatura. Sendo assim, não acredita que o historiador descubra suas estórias enterradas na verdade dos documentos, mas que as inventa, uma vez que seleciona alguns acontecimentos, porém não outros, amparado em seus juízos de valor estéticos e morais e dá a eles diferentes significações:

CC BY NC SA

> A fim de imaginar "o que *realmente* aconteceu" no passado, portanto, deve primeiro o historiador *pre*figurar como objeto possível de conhecimento o conjunto completo de eventos referidos nos documentos. Este ato prefigurativo é *poético*, visto que é precognitivo e pré-crítico na economia da própria consciência do historiador. É também poético na medida em que é constitutivo da estrutura cuja imagem será subsequentemente formada no modelo verbal oferecido pelo historiador como representação e explicação daquilo "que *realmente* aconteceu" no passado. [...] É também constitutivo dos *conceitos* que empregará para *identificar os objetos* que povoam aquele domínio e *caracterizar os tipos de relações* que eles podem manter entre si (grifos no original). (WHITE, 1992, p. 45)

Não basta que a estória tenha começo, meio e fim; é preciso que tenha um sentido, o qual decorre da opção estética do historiador que promove sua colocação em enredo. Para White (1992, p. 23-26), há quatro enredos fundamentais na historiografia: a estória romanesca, a tragédia, a sátira e a comédia. Na *estória romanesca*, há um drama em que o herói consegue vencer o mundo da experiência e libertar-se dele no final, tal como, por exemplo, a ressurreição de Cristo na narrativa cristã. É um drama em que o bem triunfa sobre o mal, a luz sobre as trevas e a virtude sobre os vícios. Por sua vez, o papel do herói que transcende o mundo corrompido pressupõe sua identificação metafórica com as forças do bem. Na *tragédia*, ao contrário, a lei do mundo impõe ao protagonista a derrota final e sinaliza sua impotência para modificar seu destino oracular, tal como ocorre, por exemplo, com Édipo nas tragédias de Sófocles. Se a estória romanesca deposita suas esperanças na capacidade sobre-humana de o herói submeter as forças do mal, a *sátira* percebe com ironia essa dualidade moral e mantém em suspenso a disjuntiva entre a lei do mundo e a vontade dos homens. Por sua vez, a *comédia* sobreleva o desespero do final trágico através da reconciliação leve e bem-humorada.

Na historiografia corrente da política externa brasileira, a atuação do Brasil na Segunda Conferência de Paz da Haia, em 1907, representa um momento fundacional da identidade internacional do país. Em nosso entendimento, há elementos de enredo romanesco nas principais narrativas historiográficas acerca da Haia. Na concepção de Lafer (2007, p. 65-79), por exemplo, a identidade internacional do Brasil define-se como a de uma potência média de escala continental e relevância regional. Assim, entende que sua posição intermediária habilita o país a exercer a função de articulador de consensos entre grandes e pequenos no âmbito multilateral, *soft power* que granjeia credibilidade ao Brasil apesar de sua limitação de meios de poder. Nesse aspecto, Lafer projeta na Segunda Conferência de Paz da Haia o momento inaugural não apenas da presença do país nos foros internacionais, senão também da fundação de sua identidade principista. Entende que a ação de Rui Barbosa na Haia – instruído por Rio Branco – representa fazer diplomático precursor da democratização do sistema internacio-

CC BY NC SA

nal. Por um lado, as grandes potências do Concerto Europeu defendiam a lógica oligárquica do poder na gestão da ordem internacional; por outro, o Brasil lutava pela igualdade jurídica dos Estados e pelo multilateralismo. Em outras palavras, Lafer situa o Brasil do lado dos princípios morais da igualdade e da justiça – do lado do bem; às grandes potências resta a imposição da força e da guerra – o lado do mal.

Afirma Cardim (2014, p. 12), por sua vez, que o principal assunto debatido na Haia foi a proposta norte-americana, apoiada por Alemanha e Inglaterra, de se estabelecer uma Corte Internacional de Justiça formada por juízes permanentes nomeados pelas grandes potências e por sete ou oito postos destinados às demais nações em caráter rotativo. Como consequência, essa iniciativa foi contra-atacada pelo Brasil e demais países da América Latina, bem como asiáticos e alguns europeus menores, em nome da igualdade jurídica dos Estados. Em seu prefácio à publicação dos telegramas trocados entre Rio Branco e Rui Barbosa, delegado brasileiro à conferência, considera o autor que não configuram "documentos solenes e estáticos, mas sim um conjunto de cenas, quadro a quadro, de um verdadeiro filme de ação, que poderia ser intitulado 'A estreia do Brasil no mundo', ou 'Igualdade se conquista', ou 'As duas águias de Haia'". Cardim (2014, p. 29) pontua que a atuação do Brasil na Segunda Conferência de Paz da Haia foi norteada pela seriedade e pela luta por princípios. Rio Branco e Rui, homens públicos virtuosos, antíteses da improvisação e abridores de caminhos, defenderam o princípio da igualdade e criaram um dos paradigmas da política externa brasileira. Em sua visão, houve mesmo uma luta de dimensões bíblicas:

> Quanto a si, o Dr. Rui Barbosa não hesitou em declarar que estava satisfeito com o velho Tribunal [Arbitral, criado na Conferência da Haia de 1899]. Não desejava estabelecer um novo, mas queria considerar a questão de acordo com o apoio que a ideia tinha recebido na Conferência. Em um ponto insistia, entretanto, que os direitos soberanos iguais de cada Estado independente fossem ressalvados na constituição do Tribunal e na nomeação dos juízes. [...] A questão que então se suscitou na Conferência era um destes grandes problemas políticos que surgem de tempos em tempos para pôr à prova a coragem e desafiar o discernimento da humanidade. [...] O Barão Marschall, representando a Alemanha, permaneceu com inabalável firmeza como advogado da Força. O Dr. Rui Barbosa, ao mesmo tempo em que avançava com desassombro de David diante de Golias de Gath, tornou-se advogado do Direito. (CARDIM, 2007, p. 126-127)

Parece-nos que as soluções estéticas encontradas por Lafer e Cardim resolvem seus problemas. Em ambos os casos, a Conferência da Haia é narrada com enredo de estória romanesca. Por um lado, Rio Branco e Rui cumprem nesse *filme de ação* o papel do herói épico, pois aparecem como homens virtuosos que sustentaram sem hesitação os princípios da igualdade,

CC BY NC SA

da justiça e da moderação, lutaram em condições desfavoráveis e afinal venceram; por outro, os representantes das grandes potências – por exemplo, de Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra – fazem o papel dos vilões, já que opuseram ao Bem e ao Direito o Mal e a Força. Parece-nos que o modo como a estória é narrada permite efetuar a identificação metafórica entre Rio Branco, Rui e o Brasil, o qual se define internacionalmente a partir desse momento inaugural. Em Lafer, o reforço do mito de origem demanda a prática do presentismo, e o conceito de *soft power* é por sua vez situado anacronicamente no começo do século XX. Em Cardim, a contraposição entre vício e virtude, a qual caracteriza a estória romanesca, salta aos olhos em sua analogia da luta entre Davi e Golias. Por meio de sua metáfora das "duas águias de Haia", também resolve a relação de importância entre Rio Branco e Rui. Quer dizer, o Barão também era águia, pois sem suas instruções e presença fundacional no Rio de Janeiro Rui não poderia ter triunfado como fez.

A narrativa corrente da participação do Brasil na Liga das Nações tem outro tom. Como afirma Garcia (1994, p. 6-17), tendo sido o único país da América do Sul a participar da Primeira Guerra Mundial, o Brasil exerceu na Conferência de Paris (1919) liderança sobre as potências menores e colheu total sucesso em suas reivindicações relacionadas aos navios alemães apreendidos e ao reembolso dos prejuízos causados aos cafeicultores paulistas. Em estreita colaboração com Woodrow Wilson, Epitácio Pessoa, representante brasileiro à conferência, ainda obteve a inclusão do país como membro não permanente do Conselho Executivo da Liga em busca de reconhecimento entre as grandes potências. No governo de Artur Bernardes, entre 1922 e 1926, a obtenção do assento permanente tornou-se a meta prioritária da política externa brasileira. Segundo Garcia, porque o Brasil não tinha interesses diretos no xadrez europeu, o assento seria um posto honorífico destinado a fortalecer o prestígio do país no exterior e angariar apoio doméstico ao governo Bernardes. Representante junto à Liga das Nações, Afrânio de Melo Franco defendeu que o país deveria ocupar provisoriamente a vaga reservada aos Estados Unidos como porta-voz do continente americano na instituição. Sem apoio extraoficial dos norte-americanos, tampouco dos demais países da América Latina, Garcia aponta o veto do Brasil à entrada da Alemanha na Liga e sua retirada posterior como o *fiasco de Genebra*.

De acordo com Garcia (2000, p. 8-10), em razão de seu êxito na Haia, Rui Barbosa havia sido cogitado como representante do Brasil à Conferência de Paris, contudo, declinou o convite porque havia incompatibilidades políticas com Domício da Gama e demais membros da delegação. Para o autor, a ausência de Rui e a dificuldade de se incluir o Brasil nas conferências preliminares configuravam tentativa frustrada de se obter maior reconhecimento

CC BY NC SA

internacional e pareciam *prenunciar* o descompasso entre fins perseguidos pela diplomacia e os meios disponíveis ao país, o que ficaria claro em definitivo na retirada da Liga em 1926. Na interpretação de Garcia (2000, p. 19), elemento importante do fiasco brasileiro foi sua conduta diplomática contraditória. Por um lado, pendia ao discurso em prol das potências menores, cristalizado na defesa do princípio da igualdade dos Estados; por outro, na prática aceitava a classificação das potências em categorias desiguais pois almejava pertencer ao Conselho Executivo da Liga em posição diferenciada que atendesse sua aspiração de grandeza. O que nos soa curioso é que as raízes do fiasco do Brasil na Liga estejam atreladas à herança de Rio Branco e Rui Barbosa:

> A forma com que se deu a colaboração do Brasil com a Liga, que evoluiu da adesão total à crítica implacável, pode ser analisada *inter alia* com referência à natureza dialética da política externa na época, que era o resultado da mútua interação entre um discurso idealista-principista (legado de Rui Barbosa) e uma visão realista-pragmática das relações internacionais (legado do Barão do Rio Branco). [...] Agindo no contexto organizacional da Liga como se fosse uma potência intermediária, o Brasil revelava uma ambiguidade intrínseca no seu comportamento ao praticar uma diplomacia pendular altamente complexa entre grandes potências e potências menores, entre realismo e idealismo, entre pragmatismo e principismo, entre prática e discurso. (GARCIA, 2000, p. 92)

Parece-nos intrigante constatar que tal ambiguidade entre as visões do Barão e de Rui não é capaz de perturbar a interpretação abonatória corrente na historiografia acerca da Conferência da Haia, contudo, constitui elemento central para o diagnóstico da participação fracassada do Brasil na Liga. Quer dizer, a atuação do país na Haia, dentro de um enredo romanesco, é vista como coerente e não improvisada, situada apenas do lado da defesa do princípio da igualdade dos Estados, a qual ao fim granjeou-lhe a vitória. Por sua vez, o fiasco na Liga teria resultado da contradição entre a postura principista e o apoio ao critério oligárquico das potências. Em nossa visão, é possível compreender tal diferença de interpretação como resultado de distintas prefigurações estéticas colocadas em enredo na historiografia. Para Garcia (2000, p. 93-94), a vontade de Artur Bernardes como homem de Estado não conseguiu vencer as *forças profundas* que condicionavam sua ação, pois o Brasil era apenas um país agroexportador de café com interesses limitados e ambições desmedidas. Tal paradoxo teria conduzido o governo em um caso de *misperception* a superestimar a importância do país na Liga. Nesse caso, parece tratar-se de um enredo trágico, em que a lei do mundo impõe ao protagonista uma derrota final cujo desfecho estava prenunciado desde o princípio.

CC BY NC SA

Pensamos que o enredo trágico também permeia a interpretação que Baracuhy (2006) fornece à atuação do Brasil na Liga das Nações. Segundo o autor, o qual recorre ao realismo neoclássico, a crise de 1926 deve ser entendida conjugando-se os níveis de análise sistêmico da política internacional e de agência do Brasil em sua política externa. Por um lado, considera que o nível sistêmico estava marcado pela interação entre o tabuleiro geopolítico das potências europeias – interessadas em assinar os Acordos de Locarno de 1925 – e o tabuleiro multilateral da Liga das Nações – onde estava presente o Brasil. Por outro, afirma Baracuhy que a obstinação de Artur Bernardes e de Afrânio de Melo Franco em obter ao país um assento permanente do Conselho Executivo da organização respondia à grande estratégia das elites políticas e diplomáticas do Brasil, segundo as quais caberia ao país ocupar uma posição de maior destaque nas relações internacionais do pós-guerra. Entende o autor, no entanto, que os dois tabuleiros – geopolítico e multilateral – entraram em rota de colisão por ocasião do ingresso exclusivo da Alemanha no Conselho, o que acabou levando o Brasil a abandonar a Liga das Nações. Assim, a lógica de Locarno, tributária da velha balança de poder, submeteu a lógica da Liga, baseada no princípio multilateral proposto por Woodrow Wilson.

Para nossos propósitos, é sugestiva a *metáfora* que Baracuhy toma emprestada do historiador Chris Leuchars para descrever o desfecho trágico de sua estória. Os tabuleiros geopolítico e multilateral eram como "dois navios navegando em curso de colisão em um nevoeiro, com suas tripulações preocupadas exclusivamente com suas respectivas casas de máquinas. Quando se deram conta, foi impossível evitar a colisão." (BARACUHY, 2006, p. 369). Essa metáfora é uma chave para entrevermos novamente o enredo da tragédia. Se os dois tabuleiros eram como navios com rotas de colisão prenunciadas e inexoráveis, havia um destino trágico para o Brasil na Liga, cujo desfecho estava selado em oráculo desde o princípio. Por mais que o país lutasse ano após ano para obter das grandes potências – em especial, de França e Inglaterra – apoio a seu pleito por um assento permanente, seria a lógica de poder dessas mesmas potências que ao fim determinaria sua tragédia anunciada, já que optaram sem hesitação por contemplar a entrada exclusiva da Alemanha no Conselho da Liga em 1926, condição indispensável à validação aos Acordos de Locarno. De modo distinto a Garcia, entretanto, não considera Baracuhy que a atuação do Brasil na Liga tenha sido fruto de *misperception*, tampouco resultado em fiasco:

> O sucesso e o prestígio que a diplomacia do Barão do Rio Branco obtivera no continente americano deixaram pesado fardo para as elites de política externa que o sucederam. As iniciativas diplomáticas seriam inevitavelmente julgadas à sombra desse legado. Quão pesado fora o fardo das elites de política externa que tiveram de agir naquela mesma geração, uma década após a morte do Barão do Rio Branco?

CC BY NC SA

> Que desafio maior poderia haver para um país, como o Brasil da época, do que postular um espaço no palco das grandes potências com o imperativo de sucesso que o passado diplomático lhe legara? [...] Não houve 'fiasco' absoluto da diplomacia brasileira no episódio de 1926. Ao ver-se derrotada a política externa brasileira de '*status quo',* que vislumbrava uma posição central entre as grandes potências na Liga das Nações, produziu-se objetivamente uma vitória do multilateralismo. (BARACUHY, 2006, p. 375-391)

A leitura de Baracuhy é significativa das relações que a historiografia corrente estabelece entre o legado de Rio Branco e a tarefa de seus sucessores. Como vimos, o Barão e Rui emergiram da Haia como heróis épicos. Dessa forma, a busca por um assento permanente no Conselho da Liga não poderia ter sido uma percepção equivocada das elites políticas e diplomáticas brasileiras, senão resultado do dever de carregar o *pesado fardo* deixado por Rio Branco. Era preciso agir como ele teria agido. Teriam seus sucessores, porém, seus olhos de águia? Seria permitido que alguém os tivesse? Como os sucessores poderiam jamais emular uma figura fundadora? Em nosso entendimento, o enredo trágico da Liga complementa o enredo romanesco da Haia. É o fracasso dos sucessores o que enaltece a invencibilidade do Barão e de Rui. Como vemos em Baracuhy, porém, na Liga não houve fracasso, não houve fiasco. Segundo o autor, o Brasil *venceu ao perder*, pois se de um lado havia perdido em 1926, seu veto à Alemanha sinalizava de outro a vitória futura do multilateralismo no sistema internacional. Nesse movimento, pensamos que Baracuhy desconsidera a derrota atual e efetiva do Brasil na Liga por meio de uma *projeção futura de grandeza*, a qual permite compensar a *busca frustrada por reconhecimento* do país entre as grandes potências naquele momento da crise de 1926. Com a vantagem da visão retrospectiva, assim como Lafer, Baracuhy não resiste e recorre ao presentismo. É como se vocalizasse a enorme sombra do Barão, a qual, projetada no século, enfim absolve seus sucessores.

É preciso salientar que Cardim, Garcia e Baracuhy são diplomatas-historiadores, e toda escolha estética é também uma escolha política. Lafer foi ministro das Relações Exteriores. Em outras palavras, essa discrepância entre os enredos da Haia e da Liga pode ser atribuída ao problema do mito de origem associado à figura do Barão, metáfora do diplomata-modelo. Como destaca Soares de Lima (2005, p. 4-6), a atuação de Rio Branco na delimitação das fronteiras nacionais converteu-o em ícone fundador da diplomacia brasileira, assim como legitimou a visão da política externa como política de Estado desvinculada das oscilações domésticas. Ao lado disso, considera que a preservação desse mito fundador é central para que o Itamaraty ocupe lugar privilegiado no aparelho do Estado e represente na percepção das elites brasileiras o projeto segundo o qual o país estaria vocacionado à grandeza internacional.

CC BY NC SA

Assim, o Barão funciona como autoridade paterna, sede do *logos* e da luz do Sol, encarregado de enunciar a fala primeira, discurso vivo, transparente e fundacional, de onde se origina a tradição (DERRIDA, 2005, p. 21-28). Em sua sombra, estava Rui; abaixo dele, seus sucessores na Liga, os quais poderiam tentar imitá-lo, mas jamais superá-lo sob pena de romper com as fundações. Por isso, o enredo da Haia tem desfecho apoteótico; o da Liga, por sua vez, decepcionante, pálido eco. Em nossa visão, portanto, são as escolhas estéticas e políticas dos autores analisados que implicam que o mesmo dilema entre poder e justiça enfrentado na Haia e na Liga resulte em leituras tão distintas.

CONSCIÊNCIA IRÔNICA

Entretanto, esses mesmos fatos históricos também possibilitam sua colocação estética em outros tipos de enredo. Na poética da historiografia, conforme adiantamos, a *sátira* representa o exato oposto do drama de redenção da estória romanesca. Nesse modo de enredo, há preferência pela *consciência irônica* tanto em relação à dualidade moral quanto às esperanças depositadas na capacidade de triunfo final do herói épico. Portanto, é um drama de disjunção que reconhece a inadequação última da vontade humana em poder sobrepujar a lei inexorável do mundo. Por sua vez, o enredo da *comédia* atinge ao fim a leveza da reconciliação festiva entre o homem – ou os atores históricos – e as forças que o oprimem (WHITE, 1992, p. 25-26). Em outras palavras, nesses dois modos de enredo não há veneração das capacidades hercúleas do herói para abater o Mal do mundo, tampouco desalento com o fracasso de uma tragédia anunciada. Isso é possível, pois de acordo com White (1992, p. 50-51) a consciência irônica mantém a realidade suspensa sob a condição aporética da dúvida, o que permite não apenas parodiar o absurdo das crenças dogmáticas, como também submeter a própria linguagem do autor à autocrítica. Por um lado, a atitude satírica sustenta a perplexidade dessa aporia sem resolução; por outro, a atitude cômica evita o desespero e resolve a contradição com o riso aplicado à seriedade da história.

Dessa forma, a consciência irônica sobre a história tanto abre espaço para a dessacralização dos ícones fundadores – tal como Rio Branco ou Rui –, quanto pode aliviar o efeito de comparação que sua presença original impõe sobre os fracassos ou desvios de rota de seus sucessores. Em outra oportunidade, buscamos dar interpretação diversa, eivada de olhar irônico, sobre a participação do Brasil na Haia em 1907, por meio de outra seleção de leitura para a documentação (MUÑOZ, 2014). Conforme afirmamos então, a contradição entre as

CC BY NC SA

visões de Rio Branco (realista) e Rui (idealista) implicou ao final a adoção improvisada e algo oportunista do princípio da igualdade jurídica dos Estados. Em agosto de 1907, após a divulgação do projeto das grandes potências para a constituição oligárquica do Tribunal Arbitral, o Barão telegrafou do Rio de Janeiro propondo a Rui um "plano de transação" – não salientado por Cardim – em que o novo órgão teria quinze assentos permanentes definidos com base no critério populacional, o que poderia incluir o Brasil entre as potências maiores. Subsequentemente, Rio Branco acionou sem sucesso o apoio da delegação norte-americana na Haia para a proposta, o que o fez instruir Rui a defender *em definitivo* o princípio da igualdade dos Estados. Em nossa leitura, não houve ao fim o triunfo do Bem contra o Mal, mas apenas foi levado a efeito pelo Brasil um "plano de obstrução" do Tribunal Arbitral como resultado de seu jogo ambíguo entre poder e justiça:

> Pode-se perceber que, entre o "plano de transação" e o "plano de obstrução", o Brasil efetua um movimento dúplice, o qual decorre de sua própria condição indefinida, de seu nem lá, nem cá, nem grande, nem pequeno. Poderíamos resumi-lo da seguinte forma: há duas posições de poder que se deseja alcançar, ora uma, ora outra, por oscilação, a depender das circunstâncias – uma reativa, que requer e espera que as grandes potências o reconheçam entre si e chancelem sua condição aristocrática, mesmo que *last and least*; outra ativa, na qual se exerce a liderança das pequenas potências como *primus-inter-pares*, formalmente igual, mas singularmente superior. [...] [p]ropomos entender a atuação do Brasil na Segunda Conferência de Paz da Haia com base no "problema da mediania", cuja fórmula é a seguinte: "grande demais para ser pequeno, pequeno demais para ser grande." (MUÑOZ, 2014, p. 79-80)

É curioso notar, portanto, como nossa análise é compatível com o modo de explicação que Garcia atribui ao fiasco do Brasil na Liga, contudo, despida de qualquer conotação trágica, pois afinal sob o olhar irônico o peso de comparação desigual dos ícones fundadores desaparece. Nessa colocação de enredo, sem heróis ou vilões, o próprio diagnóstico do fracasso de 1926 alivia-se e pode ser relativizado. Nossa consciência irônica permite perceber que a ambiguidade entre os princípios morais e a política do poder permeia *indiferentemente* as gestões do Brasil na Haia e na Liga. Tal como Artur Bernardes e Afrânio de Melo Franco, o Barão e Rui eram afinal homens sujeitos a erros de avaliação e a tentativas de correção de rota. Cardim, entretanto, não menciona o equívoco de Rio Branco, o qual busca sem êxito apoio na delegação norte-americana para a obtenção de um assento permanente ao Brasil no Tribunal Arbitral. Como vimos, não poderia ser diferente, pois em sua estória romanesca o Barão é nada menos que um herói épico.

Na visão de Santos (2003, p. 87-101), a historiografia tem superestimado a relevância do fiasco brasileiro na Liga, o qual deve ser compreendido como sintoma do fiasco maior da

CC BY NC SA

própria instituição no período entre-guerras. Como afirma a autora, a negligência de Inglaterra e França em apoiarem a pretensão do Brasil a um assento permanente no Conselho Executivo indica o descompasso fundamental existente entre a velha diplomacia europeia – baseada na primazia das grandes potências – e o novo espírito wilsoniano que havia inspirado a criação da Liga das Nações – amparado na tentativa de democratização da ordem internacional. Assim, o veto do Brasil à entrada da Alemanha pode ser entendido não como manobra desastrada dos sucessores de Rio Branco, mas como movimento dentro das regras do jogo que indicava a própria fragilidade da Liga. À diferença de Garcia, Santos (2016, p. 214-215) não compreende o episódio de 1926 como *misperception* resultante em fiasco da diplomacia brasileira, senão como efeito da incompatibilidade irônica entre as lógicas de poder do velho e do novo mundo. Vimos como Baracuhy tampouco entende que a atuação do Brasil na Liga foi um fiasco. Entretanto, é o *pesado fardo* do Barão que o impede de aliviar sua narrativa trágica e convertê-la ao fim em comédia festiva de reconciliação entre o pai fundador e seus sucessores. Assim, parece que jamais Rio Branco ri.

Por sua vez, é interessante notar como Cardim e Garcia superdimensionam a importância da política externa brasileira – *para o bem ou para o mal*. Quer dizer, ou temos na Haia heróis épicos que derrotam a lógica das potências, ou temos na Liga sucessores cujo fracasso retumbante é o fiasco principal. Contemporâneo de Rio Branco e de Rui, amigo pessoal de Joaquim Nabuco, Machado de Assis tinha outra visão da história. No espírito da virada estética, deste dizer tudo da literatura, parece-nos importante reconhecê-lo como um escritor cujo olhar crítico pode servir para que problematizemos a identidade internacional do Brasil. De acordo com Sá Rego (1989, p. 152-164), os romances maduros de Machado – sobretudo seu *Memórias póstumas de Brás Cubas*, publicado em 1881 – demonstram sua postura cética em face do historicismo predominante no século XIX. Com essa obra, Machado disputa a busca por verossimilhança e realismo historicista típica do gênero tradicional do romance, o qual havia servido no Brasil à construção nacional dos mitos de origem. Em seu lugar, entende a história como narrativa, cujo valor simbólico a aproxima das lendas e das obras de arte. Ironicamente distanciado, Machado considera-a como uma *loureira volúvel*, pois pode ser escrita e reescrita conforme as distintas interpretações que os fatos históricos recebem a cada momento:

> Deus te livre, leitor, de uma ideia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho. Vê o Cavour, foi a ideia fixa da unidade italiana que o matou. Verdade é que Bismarck não morreu; mas cumpre advertir que a natureza é uma grande caprichosa e a história uma eterna loureira. Por exemplo, Suetônio deu-nos um Cláudio, que era um simplório – ou "uma abóbora" como lhe chamou Sêneca –, e um Tito, que mereceu ser as delícias de Roma. Veio modernamente um professor e achou meio de demonstrar,

> que dos dois césares, o delicioso, o verdadeiro delicioso, foi o "abóbora" de Sêneca. [...] Viva pois a história, a volúvel história que dá para tudo; e, tornando à ideia fixa, direi que é ela a que faz os varões fortes e os doidos; a ideia móbil, vaga ou furta-cor é a que faz os Cláudios – fórmula Suetônio. (ASSIS, 2013, p. 59-61)

Com humor, Machado faz troça das ideias fixas dos ícones fundadores; entre nós, tivemos um Bismarck, o Barão. Como salienta Sá Rego (1989, p. 149-152), Machado tentou com suas *Memórias* quebrar o molde tradicional tanto da prosa de ficção romântica quanto da naturalista, com o que demonstrava seu ceticismo não somente em relação à verossimilhança do historicismo, senão também à causalidade mecânica do positivismo, duas formas de pensamento disseminadas no Brasil na década de 1870. Em lugar disso, Machado construiu seu romance iconoclasta fiel à tradição literária da sátira menipeia – por exemplo, presente em Luciano de Samósata, Sêneca, Erasmo e Laurence Sterne –, a qual primava por um estilo fragmentário e descontínuo, assim como pela consciência irônica do *kataskopos*, aquele que observa a realidade social à distância e emprega uma visão de mundo a um só tempo séria e cômica. Por esse motivo, considera Sá Rego (1989, p. 166-175) que *Memórias póstumas de Brás Cubas* é uma re-escritura cômica do gênero épico. Quer dizer, Brás Cubas não pode ser compreendido como modelo para o herói da estória romanesca, base para a construção dos ícones nacionais, senão como herói ambíguo, épico-cômico. Nesse texto híbrido, escrito "com a pena da galhofa e a tinta da melancolia" (ASSIS, 2013, p. 53), Brás Cubas é um *kataskopos* que narra as contradições brasileiras com leveza e reflexão. Defunto-autor, pratica o tudo dizer da literatura e obtém efeito crítico-político contra a autoridade das narrativas oficiais.

Na visão de Schwarz (2012), o princípio formal de *Memórias póstumas de Brás Cubas* é a volubilidade do narrador, ilustrada por sua ambiguidade e idas e vindas, assim como pelo total desrespeito pela norma do romance. Em uma interpretação de tipo sociológico, considera que tal volubilidade tem como referente principal a posição das classes dominantes brasileiras. Fundamentalmente, a condição peculiar de Brás Cubas como narrador espelha o paradoxo da emancipação do Brasil. Por um lado, tais elites apegaram-se no nível discursivo aos aspectos políticos liberais da Independência e ao padrão econômico britânico para a industrialização capitalista no século XIX; por outro, na prática mantinham-se estruturas coloniais arcaicas tais como a monocultura de exportação, o latifúndio e o trabalho escravo. Dessa forma, a estratégia literária satírica de Machado atinge alta densidade crítica, pois submete à perplexidade de sua escrita faceira a um só tempo a universalização do Ocidente moderno e sua adaptação hipócrita e teratológica à realidade brasileira. O narrador Brás Cubas desfruta da distância do *kataskopos*, pois está morto, posição a partir da qual ironiza sua própria vaidade em vida como membro de elite. Nessa relação não resolvida entre as formas modernas e os interesses

CC BY NC SA

locais, sua galhofa melancólica fulmina o constante anseio do país por reconhecimento como parte do mundo civilizado. Nesse sentido, Brás Cubas pode ser entendido como uma alegoria política para o Brasil:

> O enredo das *Memórias* procura ancorar-se na história nacional, e também significá-la, através de referências ora explícitas, ora escondidas. [...] [E] se Brás fosse o Brasil, de que seu nome é a primeira sílaba? [...] E de fato, basta atentar nas datas para que as referências comecem a chover. Assim, o protagonista nasce em 1805, nos últimos anos da Colônia. [...] Seu primeiro *cativeiro* – uma paixão impura, por uma espanhola de vida alegre – coincide com os festejos da *Independência*, paradoxo que não é fortuito. [...] Logo morre também o pai, e Brás fica órfão, como se dizia que ficara o Brasil com a abdicação de Dom Pedro I em 1831. A etapa seguinte, de vida esperdiçada, dissoluta e semirreclusa, coincide com os anos da Regência e cabe no curto capítulo XLVII. [...] A indireta político-social é portanto um método. (SCHWARZ, 2012, p. 74-77)

Em nossa concepção, a partir das abordagens estética de Rego e sociológica de Schwarz também seria possível sugerir *uma leitura machadiana para a identidade internacional do Brasil*, por meio da validação de um enredo satírico para a participação brasileira na Segunda Conferência da Haia e na Liga das Nações. Em outras palavras, propomos submeter à consciência irônica a identidade internacional do Brasil com recurso satírico à *alegoria de Brás Cubas*. No Segundo Império, a autoimagem do país foi forjada como baluarte da civilização e da estabilidade monárquica nas Américas à diferença da imagem de desordem e barbárie atribuída às repúblicas hispano-americanas. Com apoio no romance alencariano, o indígena foi idealizado e convertido em símbolo nacional associado à dádiva do colosso territorial legado pela natureza (SANTOS, 2004, p. 133-135). Parte indistinta da elite imperial homogênea formada por bacharéis, por sua vez, o corpo diplomático foi peça-chave para a construção da identidade internacional do país e para a manutenção de sua integridade territorial desde o reconhecimento da Independência. A aparência liberal e civilizada sustentada nos círculos europeus convivia com a gestão patrimonialista da coisa pública, em que o recrutamento arbitrário de novos quadros à diplomacia fazia-se com base no filhotismo e na procura por prebendas (CHEIBUB, 1985, p. 114-117).

Paradoxalmente, apesar de sua carta de bacharel, a vida de Brás Cubas constitui uma série de tentativas frustradas para obter reconhecimento social. Torna-se deputado, mas perde seu mandato; tenta fazer um bom casamento, mas fracassa e morre sem filhos. Por sua vez, os parentes do herói cômico depositavam grandes esperanças em seu futuro como grande homem. Dessa forma, Brás busca justificar seu destino grandioso por meio de uma invenção

CC BY NC SA

de origem. O fundador da família havia sido um simples tanoeiro nascido no Rio de Janeiro. Entretanto, sua memória foi esquecida em favor da de seu filho Luís Cubas, o qual havia-se formado bacharel em Coimbra e enriquecido. Assim, Brás reinventa seu sobrenome como originário de ilustre cavaleiro europeu e cristão, falseamento que apaga a significação pouco nobilitante da palavra "cuba" como mero recipiente para dejetos. Ao longo de sua vida, contudo, tal origem enobrecida não lhe garante reconhecimento. Como movimento compensatório, Brás Cubas agarra-se então à ideia fixa de criar uma panaceia capaz de erradicar a melancolia da Humanidade e perpetuar sua grandeza futura como nome na história (ASSIS, 2013, p. 57-62). Vista como representação estética e alegoria política do Brasil, parece-nos que a narrativa de Machado permite estabelecer três coordenadas para a consciência irônica da identidade internacional do país: (1) *falseamento de origem* para sustentar a imagem civilizada e europeia e escamotear suas raízes indígenas e africanas; (2) *busca frustrada por reconhecimento* pelas grandes potências ocidentais como um de seus iguais na gestão da sociedade internacional; (3) *projeção futura de grandeza* como compensação imaginária por sua condição de mediania – ou mediocridade – atual.

A figura do Barão pode ser considerada definidora da identidade internacional do Brasil, pois à frente do Itamaraty ultimou as negociações que garantiram o traçado do território nacional. É também o ícone fundador da diplomacia brasileira moderna como elo entre o Império e a República em um momento em que o país recuperava sua credibilidade no mundo. Na visão de Cheibub (1985, p. 120-121), sua longa gestão – de 1902 a 1912 – foi pautada por seu amplo prestígio e carisma, os quais alteraram a condução do Itamaraty e centralizaram-no em torno de sua vontade pessoal. Em função disso, contudo, a própria estrutura administrativa do ministério enfraqueceu-se, e seus sucessores padeceram da orfandade após o falecimento do Barão. Também nos parece que seus métodos de recrutamento podem ser compreendidos como essenciais para a cisão implicada no escamoteamento de origem da identidade brasileira. Em sua sátira *Os Bruzundangas*, publicada postumamente em 1922, Lima Barreto, talvez o maior crítico da Primeira República, põe tudo às claras. Na pele do Visconde de Pancôme, Rio Branco é descrito como um homem vaidoso, que transformou o ministério em coisa sua e gastava como bem entendia. Pancôme não recrutava para o serviço exterior homens feios ou *de origem javanesa* – ou seja, negros, indígenas e mestiços – pois em seu secreto entender eram a vergonha do país, não apresentáveis no estrangeiro. Enquanto o povo passava fome nos arredores da capital, o ministro vendia na Europa o Brasil como país rico em café, cacau e borracha (Barreto, 1922, s/p). Sustentar a consciência irônica é perceber que o Barão foi homem e foi ambíguo, pois há nele não apenas origem, mas também falseamento de origem.

CC BY NC SA

É com base nessa cisão política de origem entre as aparências europeia e não europeia que o corpo diplomático buscava manter as aparências na Europa de que o Brasil era um país rico e importante o suficiente para ser reconhecido como grande potência. Não nos parece outra a interpretação cabível tanto para o "plano de transação" de Rio Branco na Haia quanto para a busca de seus sucessores pelo assento permanente no Conselho Executivo da Liga. Em ambos os casos, porém, as *démarches* fracassaram, e o Brasil não foi considerado *suficientemente civilizado e poderoso* para ombrear as grandes potências. Parece-nos que desse malogro – o qual retornaria repetidamente nas décadas seguintes –, emergiu a terceira coordenada da identidade internacional do Brasil com apoio estético na alegoria de Brás Cubas. Quer dizer, o reconhecimento não é obtido, e a *aporia de identidade* mantém-se. Como resultado, o país busca uma saída honrosa da Haia e da Liga como quem defende consistentemente os princípios – tal como o da igualdade dos Estados –, indigna-se com a lógica malévola das potências e projeta sua grandeza futura como potência *sui generis*, que quer ter poder, mas não quer tê-lo, afinal vencedora e satisfeita consigo.

Pensemos também a respeito de outra figura – a figura do próprio Machado de Assis. Sabe-se que era neto de escravos alforriados, filho de mãe portuguesa. No entanto, a história de suas origens é nebulosa. Não se sabe ao certo como esse menino mestiço e humilde teve condições de estudar tanto a ponto de tornar-se o maior escritor da literatura brasileira. Esse gênio autodidata também exemplifica a chamada "política de branqueamento" dominante ao tempo do Império. Sua ascensão social pelas letras, do jornalismo à literatura, acarretou o apagamento de sua origem racial pela memória histórica. Em 1897, Machado tornou-se patrono fundador da Academia Brasileira de Letras. É nesse contexto em que se aprofundou sua amizade com Joaquim Nabuco, entusiasta e incentivador da Academia. Machado, porém, era uma esfinge. Em seus romances, secretamente tecidos, percebemos que jamais abandona a consciência irônica. De acordo com Sá Rego, seu *Dom Casmurro*, publicado em 1899, representa uma reescritura irônica do enredo trágico presente, por exemplo, no *Otelo* de Shakespeare, "pois o julgamento sobre a culpabilidade ou a inocência da heroína [Capitu] é deixado em suspenso, ausente do texto, ao sabor da interpretação do leitor." (SÁ REGO, 1989, p. 185). Assim, Machado de Assis coloca entre parênteses a autoridade e a verdade da voz narrativa, da voz de Bentinho.

Em sua correspondência com Nabuco, o bruxo do Cosme Velho parece aderir e celebrar a condução da política externa brasileira ao tempo da gestão de Rio Branco. Em carta de 14 de janeiro de 1908, por exemplo, Machado enaltece a passagem da esquadra norte-americana pelo Brasil como sinal da aproximação entre os dois países (*apud* ARANHA, 1923, p. 178), em

CC BY NC SA

um momento em que Rio Branco e Nabuco situavam Washington como o novo eixo das relações exteriores do Brasil. Em sua resposta, em 13 de fevereiro, assim escreveu Nabuco:

> Muito prazer tive com a simpatia mútua entre o nosso povo e os americanos. A Haia ia nos fazendo perder de vista a nossa única política possível. Eu em diplomacia nunca perdi um só dia o sentido da proporção e da realidade. [...] As maiores nações procuram hoje garantir-se por meio de alianças; como podem as nações indefesas contar somente consigo? E desde que nosso único apoio possível é este, por que não fazermos tudo para que ele não nos venha a faltar? Essa é a minha intuição e tive por isso o maior prazer com esse renascimento da simpatia entre as duas nações por ocasião da visita da esquadra americana. *Basta, porém, de confidências de alcance político. Aqui vão outras íntimas* (grifos nossos). (*apud* ARANHA, 1923, p. 180-181)

O tom predominante das cartas trocadas entre Nabuco e Machado é os das confissões íntimas entre amigos. Seu assunto predileto, a Academia Brasileira de Letras. Dessa forma, Machado não assume nessa correspondência a posição de um analista da política externa brasileira. Parece-nos que seu endosso à política americanista de Rio Branco e Nabuco simboliza, em primeiro lugar, seu afeto e sua motivação constantes ao amigo em Washington. Façamos com Machado, em todo caso, o que Machado faz com Bentinho. Coloquemos em suspenso sua voz irônica. Seria essa voz epistolar a mesma voz que narra os romances? Assim, não nos interessa supor o que Machado teria pensado sobre a Haia ou a política externa brasileira. Interessa-nos apenas extrair da estética de um de seus romances – o citado *Memórias Póstumas de Brás Cubas* – uma alegoria política para pensar a identidade internacional do Brasil com consciência irônica. Assim como Brás Cubas, o Brasil – tanto na Haia quanto na Liga – falseia sua origem, busca sem sucesso seu reconhecimento social (no rol das grandes potências) e ao fim projeta sua grandeza futura para compensar seu fracasso atual. Em nosso enredo satírico, a disjuntiva entre a vontade do Brasil e a lei das potências jamais se resolve. Com ironia, percebemos como o país é a um só tempo grande demais para ser pequeno, pequeno demais para ser grande. É essa distorção de perspectiva, aliás, tema recorrente na sátira. Não é demais a distância entre o país mediador e o país medíocre.

Como escreve Machado (2013, p. 55-58), antes que pudesse criar sua panaceia e eternizar sua glória futura, Brás Cubas foi tomado de pneumonia e morreu de ideia fixa. As elites políticas e diplomáticas brasileiras também perseguiram uma ideia fixa – obter para o Brasil reconhecimento de sua identidade internacional como grande potência. Entretanto, havia um mal de origem: tal como Brás Cubas, o Barão escamoteou a parcela não ocidental da identidade do país. Não há na origem, portanto, só uma fonte cristalina que fala; há falseamento. Assim, parece-nos que o problema sociológico apontado por Schwarz deve ser repensado também

CC BY NC SA

no campo das relações internacionais, na medida em que a identidade brasileira mal resolvida no âmbito interno busca sua redenção de fachada no externo. É nos foros internacionais – tal como vimos para os exemplos inaugurais da Haia e da Liga – que o país almejou obter um lugar entre os grandes por intermédio de sua inclusão em órgãos executivos de composição restrita. Por essa razão, apontamos para a pertinência de uma leitura machadiana também aplicada à política externa brasileira. Jamais o país logrou no externo resolver seu problema interno – sua aporia de identidade. Dessa forma, sua pretensão de grandeza internacional – e, diga-se de passagem, de superação de suas desigualdades internas – vê-se repetidamente diferida para um futuro glorioso, horizonte que nunca se alcança completamente. Dessa não identidade vem o não reconhecimento.

Por outro lado, a abordagem estética de Sá Rego ajuda-nos a olhar ironicamente – tal como Machado, galhofeiro e melancólico – esse movimento dúplice, volúvel e aparentemente insolúvel de nossa inserção internacional. Do ponto de vista da narrativa historiográfica, tal como apontamos para os casos de Lafer, Cardim, Garcia e Baracuhy, essa consciência irônica é insuportável, pois o discurso diplomático oficial deve ser concatenado e sem contradições. Assim, é o enredo dos grandes homens que deve prevalecer. Nos foros internacionais, levam a efeito grandes missões, ora cobertas de heroísmo exitoso, ora de fracasso culpado. Em nosso vocabulário estético, contudo, escolhemos assumir a posição distanciada e satírica de Machado, escritor que zomba da história. É salutar compreender como o Brasil prega um discurso de democratização dos foros internacionais, mas não aperfeiçoa sua própria democracia; almeja o reconhecimento global de sua posição de poder, contudo não reconhece seriamente suas próprias clivagens sociais internas. A consciência irônica tem, portanto, uma função crítico-política da realidade; ao mesmo tempo, como jogo estético, alivia a gravidade do julgamento moral e remedia o desespero. Permite, além disso, entrever a diferida reconciliação final não como a redenção dos erros, mas quando muito como um abraço cômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, buscamos demonstrar como a literatura pode desempenhar papel crítico no campo de relações internacionais no Brasil, assim como permitir que o leque criativo e experimental fornecido pelo "terceiro debate" seja utilizado para refletir sobre a história da política externa brasileira. Por um lado, a memória diplomática procura preservar suas tradições com referência ao protagonismo atribuído aos ícones fundadores na fixação

CC BY NC SA

da identidade internacional do Brasil. Nesse esforço, torna-se necessário tratá-los como heróis ou modelos de conduta a cuja função paternal sempre é imperioso retornar com vistas a sustentar a seriedade e a continuidade dos princípios ao longo do tempo. Por outro lado, a literatura em seu tudo dizer joga importante função crítica quando desestabiliza a narrativa dos fundadores e submete as certezas da identidade brasileira ao caráter movediço e gaiato da consciência irônica. Como alegoria política do Brasil, a personagem machadiana Brás Cubas possibilita problematizar os dilemas e descaminhos da inserção internacional do país. De outra parte, este artigo é também um esforço de se levar à frente a agenda de estudos para o campo das Relações Internacionais no Brasil que delineamos em outra oportunidade, para abri-lo de modo transdisciplinar às contribuições de outras áreas do conhecimento humano.

Entendemos que tal agenda deve pautar-se em três eixos de investigação principais: (1) trazer ao campo aportes de autores brasileiros clássicos de áreas diversas do conhecimento por meio de interpretações alternativas; (2) colocá-los em contato com as teorias críticas de relações internacionais em uma via de mão dupla; (3) utilizá-los de modo a problematizar dicotomias tais como centro/periferia, tradicional/moderno e interno/externo (MUÑOZ e SPODE, 2020, p. 349). Vejamos um a um. Em um primeiro momento, buscamos destacar a importância de Machado de Assis não apenas como clássico da literatura brasileira, senão também como parâmetro estético para pensar as relações internacionais do país. Como exemplo, discutimos a aplicação da *alegoria de Brás Cubas* como ferramenta estética de problematização da política externa brasileira, em especial com alvo nas interpretações correntes da atuação do Brasil na Segunda Conferência de Paz da Haia e na Liga das Nações. Da interpretação de seu célebre romance, deduzimos três coordenadas que permitem compreender o *problema da mediania*, ou o movimento dúplice que a política externa brasileira efetua nos foros internacionais, ora jogando com os princípios morais, ora com a política de poder – falseamento de origem, busca frustrada por reconhecimento e projeção compensatória de grandeza.

Em segundo lugar, tentamos colocar tal leitura machadiana – de resto, uma leitura da realidade brasileira – em diálogo crítico de mão dupla com a teoria de relações internacionais. Como vimos, o olhar irônico de Machado de Assis pode não apenas ser compreendido à luz dos aportes do pós-estruturalismo ao "terceiro debate" – por exemplo, como desestabilizador de mitos de origem pautados em uma visão monumental e romântica da história –, senão também como recurso apto a colocar sob escrutínio crítico as indefinições e descaminhos da inserção internacional de potências médias, tais como o Brasil, as quais ainda precisam tentar resolver suas ambiguidades internas. Por último, ler a política externa brasileira com amparo em uma interpretação machadiana permite suspender a dicotomia sério/cômico, a

CC BY NC SA

qual norteia tanto a separação entre os discursos estético e científico quanto a sustentada barreira entre literatura e história. Mais do que isso, assumir o olhar de Machado de Assis possibilita por sob questão a barreira entre os âmbitos políticos interno e externo, a qual tem tradicionalmente balizado o campo de Relações Internacionais. É possível afirmar – não sem galhofa, não sem melancolia – que o Brasil não consegue ser reconhecido, pois não consegue reconhecer a si próprio. Uma vez mais, talvez o problema seja nossa ideia fixa. Se abrirmos mão de obter o reconhecimento global como potência com base em uma identidade falseada, não poderemos assim reconhecer a nós mesmos? Tal como o *kataskopos*, ou o observador distanciado, situemos nossa identidade e política externa em algum lugar indefinido – entre o riso e a perplexidade.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Graça. **Machado de Assis e Joaquim Nabuco**: comentários e notas à correspondência entre esses dois escritores. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia. Editores São Paulo, 1923. Disponível em https://www.literaturabrasileira. ufsc.br/documentos/?id=138235. Acesso em 10 de abril de 2022.

ASHLEY, Richard K.; WALKER, R. B. J. Conclusion: Reading Dissidence/Writing the Discipline: Crisis and the Question of Sovereignty in International Studies. **International Studies Quarterly**, Vol. 34, No. 3, Special Issue: Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies. (Sep., 1990), pp. 367-416.

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Fixação de texto, notas e posfácio de Antônio Sanseverino. Coordenação editorial, biografia do autor, cronologia e panorama do Rio de Janeiro por Luís Augusto Fischer. Porto Alegre: L&PM, 2013.

BARACUHY, Braz. A Crise da Liga das Nações de 1926: Realismo Neoclássico, Multilateralismo e a Natureza da Política Externa Brasileira. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 28, no 2, julho/dezembro 2006, pp. 355-397.

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas** (1922). Texto integral (Sátiras e Romances de Lima Barreto Livro 6). Arquivo Kindle.

BLEIKER, Roland. The Aesthetic Turn in International Political Theory. **Millennium**: Journal of International Studies, 2001, Vol. 30, No. 3, pp. 509-533.

_____. In Search of Thinking Space: Reflections on the Aesthetic Turn in International Political Theory. Forum: The Aesthetic Turn at 15. **Millennium**: Journal of International Studies, 2017, Vol. 45 (2), pp. 258-264.

CARDIM, Carlos Henrique. **A raiz das coisas***.* Rui Barbosa: o Brasil e o mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Prefácio. In: COUTINHO, Maria do Carmo Strozzi (coord.). **II Conferência da Paz, Haia, 1907**: a correspondência telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: FUNAG, 2014, pp. 9-29.

CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **Dados** – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 28, n. 1, 1985, pp. 113-131.

DER DERIAN, James. Introducing Philosophical Traditions in International Relations. **Millennium**: Journal of International Studies, 1988, Vol. 17, No. 2, pp. 189-193.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão***.* Tradução de Rogério da Cosa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

_____. **Essa estranha instituição chamada literatura**: uma entrevista com Jacques Derrida. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

GARCIA, Eugênio Vargas. A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho da Liga das Nações. **Rev. Bras. Polít***. Int.* 37 (1): 5-23 [1994].

_____. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**: vencer ou não perder. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Brasília: FUNAG, 2000.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LAPID, Yosef. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. **International Studies Quarterly**, Vol. 33, No. 3 (Sept., 1989), pp. 235-254.

MUÑOZ, Luciano da Rosa. O problema da mediania: outro olhar sobre a Segunda Conferência de Paz da Haia. **Revista Múltipla**, Ano XIX, vol. 28, nº 36, junho de 2014, pp. 63-84. Disponível em https://upis.br/biblioteca/pdf/revistas/ revista_multipla/multipla36.pdf. Acesso em 8 de abril de 2022.

_____. A renovação de credenciais no Brasil: indicações para uma análise à luz da governamentalidade. **Monções**, Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, vol. 6, n. 10, jul./dez. pp. 269-295, 2016.

_____. Contra a vaidade e a guerra: elementos para repensar as Relações Internacionais. In: MUÑOZ, Luciano da Rosa; SPODE, Raphael (orgs.). **Relações Internacionais para um mundo em mutação**: policentrismo e diálogo transdisciplinar. Curitiba: Editora Appris, 2020.

MUÑOZ, Luciano da Rosa; SPODE, Raphael. Pensamento com teoria: alternativas para o campo de Relações Internacionais no Brasil e na Índia. **Monções**, Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 8, n. 15, jan./jun. 2019, pp. 336-365.

RORTY, Richard. **Contingency, irony, and solidarity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Brasil entre a América e a Europa**: o Império e o interamericanismo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SANTOS, Norma Breda dos. Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. **Rev. Bras. Polít. Int**. 46 (1): 87-112 [2003].

_____. *Grand Days*: Noventa anos depois de o Brasil ter deixado Genebra, o que diz a historiografia sobre a participação brasileira na Liga das Nações (1920-1926)? **Cadernos de Política Exterior**, Ano II, Número 3, 1º Semestre 2016, pp. 195-220.

SÁ REGO, Enylton de. **O calundu e a panacéia**: Machado de Assis, a sátira menipéia e a tradição luciânica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. 2ª Edição. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

CC BY NC SA

SOARES DE LIMA, Maria Regina. Aspiração internacional e política externa. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, no. 82, ano XIX, Janeiro/Março de 2005, pp. 4-19.

SYLVESTER, Christine. Art, Abstraction, and International Relations. **Millennium**: Journal of International Studies, 2001, Vol. 30, No. 3, pp. 535-554.

WHITE, Hayden. **Meta-História**: A Imaginação Histórica do Século XIX. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

BY NC SA